

## APRESENTAÇÃO

Este briefing temático busca expandir os caminhos exploratórios do **Briefing temático #1: Projetos de lei de 2020 sobre *gig economy*** desenvolvido no âmbito da pesquisa **Futuro do Trabalho & Gig Economy**, conduzida pelo **Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP**. Neste curto texto apresentamos os resultados de pesquisa sobre 114 projetos de lei que tramitam ou tramitaram no Congresso Nacional entre 2010 e 2020 com o objetivo de compreender o cenário de discussão legislativa nacional antes da pandemia da COVID-19. Procuramos mapear aspectos convergentes e divergentes no âmbito da legislação federal brasileira, mas também desdobramentos de políticas públicas relacionadas. Essa fotografia mostra, ao mesmo tempo, um oceano de aspectos que os legisladores tentam levar em consideração ao propor leis sobre a temática e as poucas rotas navegadas por nossos congressistas. Boa leitura!

### Principais conclusões (*key findings*)

1. Pode-se observar três ondas de atuação legislativa sobre o tema. Os acontecimentos de 2020 aceleraram um movimento iniciado em 2019 de diversificação do escopo de aplicação dos projetos;
2. Se antes a pauta se voltava quase exclusivamente para motoristas de transporte individual remunerado de passageiros, surgiram com mais força projetos voltados para entregadores ou motoristas e entregadores a partir do 2º trimestre de 2020;
3. O impacto da COVID-19 e dos movimentos de entregadores na pauta legislativa fica mais evidente ao se comparar a temática dos projetos na 2ª onda com os da 3ª onda, na qual consumidores e segurança pública perdem destaque perante uma variedade de pautas, especialmente tópicos ligados à proteção contra a doenças, à governança das plataformas, aos custos do trabalho, à renda e à saúde;
4. Também há uma tendência a projetos mais pontuais em detrimento de propostas mais abrangentes que buscavam ser marcos regulatórios para o trabalho sob demanda;
5. Os projetos fazem as mais diversas distinções entre prestadores e entre plataformas, evidenciando as diferentes possibilidades e características dessa atividade. Distinções jurídicas prevalecem sobre distinções tecnológicas ou de opções de negócio.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

---

Em seu briefing temático #1 (**Projetos de lei de 2020 sobre gig economy: Uma sistematização de definições e normas sobre condições de trabalho, benefícios e remuneração - versão 1.0, de 1º de dezembro de 2020**)<sup>1</sup>, o CEPI publicou os resultados de uma pesquisa que analisou 40 proposições legislativas federais (PLs), apresentadas entre março e novembro de 2020, visando a regulação do trabalho sob demanda intermediado por plataformas digitais (ex. serviços de entrega, transporte remunerado privado individual de passageiros etc.). Esse período abarcou o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de COVID-19, momento no qual a matéria ganhou evidência, tendo em vista a exposição e demandas dos trabalhadores desse segmento econômico.

Com vistas a ampliar a lente de análise, este segundo briefing temático (BT2) traz os resultados de uma pesquisa com marco temporal

expandido a partir da análise de 114 proposições legislativas, apresentadas entre 2010 e 2020<sup>2</sup>, a partir das seguintes **perguntas norteadoras**:

- De que trabalho sob demanda trata(va) o Congresso Nacional nas propostas legislativas relacionadas ao tema?
- Quais são as preocupações do legislador?
  - Quais são os problemas identificados?
  - Quais são as soluções propostas?
- Qual é o público-alvo dos PLs?
- Ao longo do marco temporal adotado, houve mudança no teor dos PLs? É possível notar tendências ao longo do período analisado?
- Qual é o regime jurídico proposto pelos PLs?

## NOTAS METODOLÓGICAS

---

O mapeamento das proposições legislativas que compõem esta análise seguiu a mesma metodologia aplicada na elaboração do BT1. Enquanto a primeira pesquisa teve escopo de análise restrito ao período de março a novembro de 2020, esta nova pesquisa trabalhou com marco temporal de 2010 a 2020.

O PL mais antigo incluído na base de análise data de 15/04/2015, e o mais recente é de 16/12/2020. Foram realizadas pesquisas nas duas Casas Legislativas – Senado Federal e Câmara dos Deputados –, utilizando-se as mesmas palavras-chaves adotadas no BT1 e

---

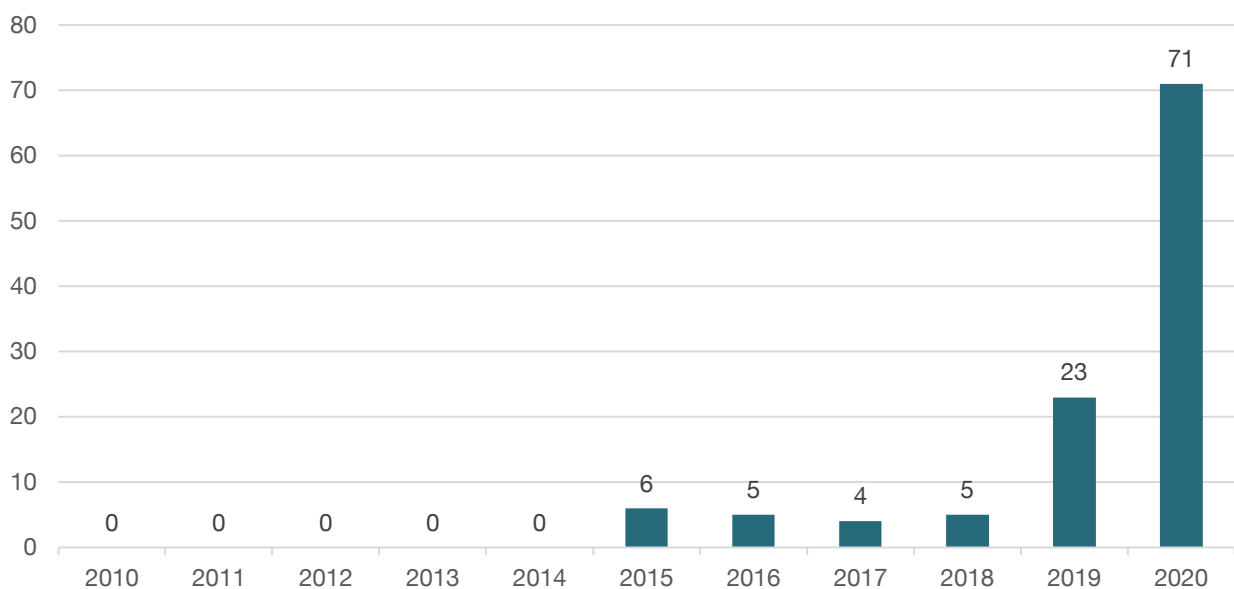
<sup>1</sup> Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29942>.

<sup>2</sup> O mapeamento dos PLs considerou o marco de 2010 a 2020, mas os resultados pertinentes mais antigos datam do ano de 2015, o que evidencia fato já conhecido dos pesquisadores: a matéria ganha relevância a partir de 2014, ano em que a Uber do Brasil Tecnologia Ltda. (Uber) iniciou suas operações no Brasil. Para mais informações a respeito do recorte temporal e dos resultados, leia a seção **Notas Metodológicas**.

filtrando-se apenas as espécies legislativas.<sup>3</sup> Ao todo, retornaram 1.136 resultados, que foram triados a partir de três critérios: a) exclusão de duplicados; b) recorte temporal (2010-2020); e c) pertinência temática (PLs que versassem diretamente ou pudessem vir a trazer alguma repercussão sobre o trabalho por meio de plataformas digitais). Resultaram desse processo, descrito na **Figura 1**, 109 pro-

jetos, aos quais foram acrescentados 5 projetos que haviam sido obtidos na busca para a realização do BT1, ocorrida em outubro de 2020. 98 PLs estavam em tramitação em janeiro de 2021 e 16 haviam sido arquivados, retirados pelo(a) autor(a) ou transformados em lei. No BT1 analisamos 40 desses 114 projetos. O **Gráfico 1** ilustra a distribuição da amostra no curso do processo de triagem.

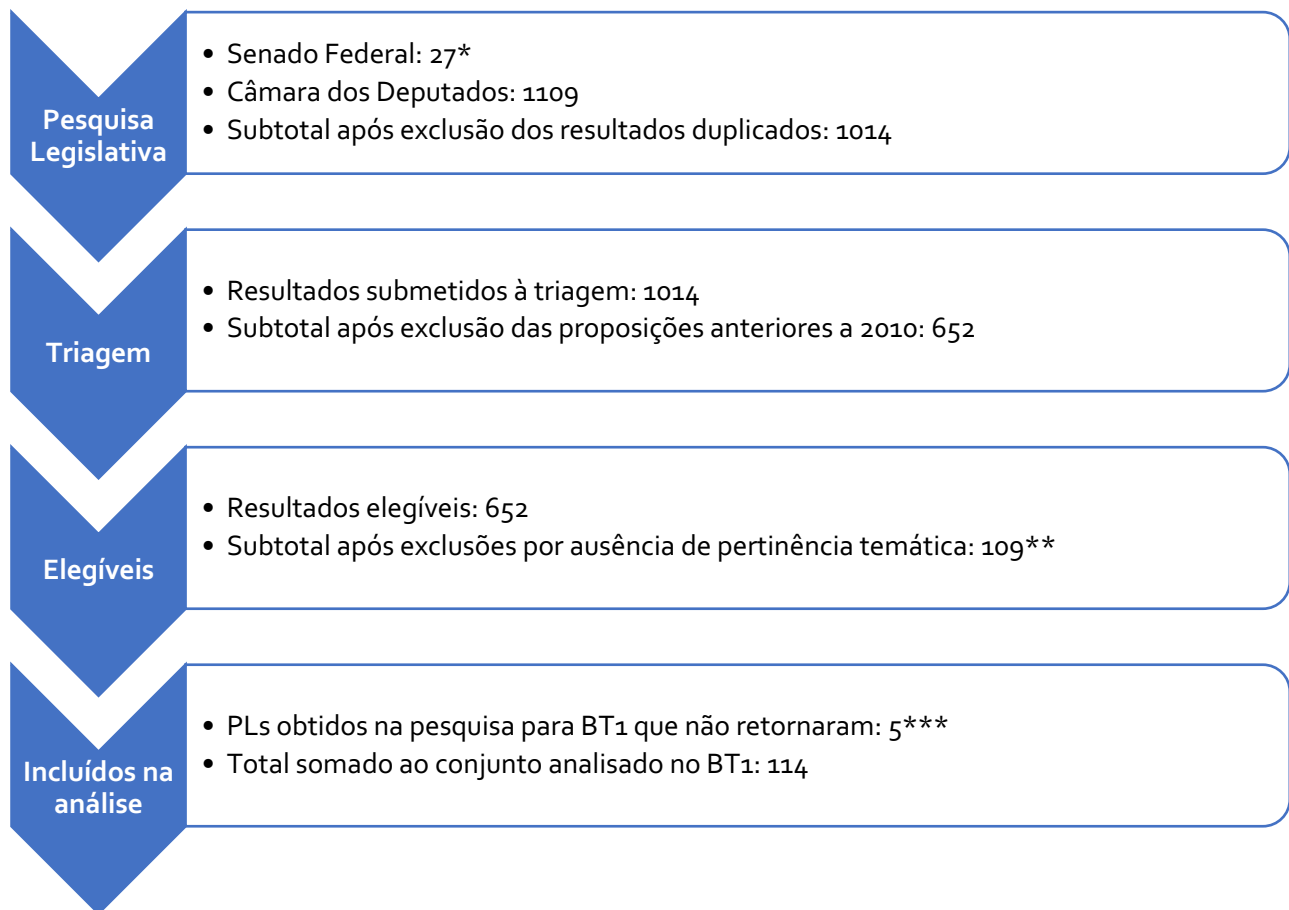
**Gráfico 1** - Quantidade de PLs apresentados por ano (2010-2020)



Fonte: elaboração própria. N = 114.

<sup>3</sup> As palavras-chaves foram adotadas a partir de um mapeamento de questões relacionadas ao tema objeto do estudo. São elas: (i) aplicativo de entrega | "aplicativo de entrega"; (ii) trabalhadores de aplicativo | "trabalhadores de aplicativo"; (iii) entregadores | "entregadores"; (iv) trabalho sob demanda | "trabalho sob demanda"; (v) trabalho de plataforma | "trabalho de plataforma"; (vi) trabalho freelancer | "trabalho freelancer"; (vii) economia de bico | "economia de bico"; (viii) crowdwork | "crowdwork"; (ix) trabalho intermitente | "trabalho intermitente"; (x) "uber"; (xi) "ifood"; (xii) "rappi".

**Figura 1** - Diagrama de pesquisa sistemática de legislação no Congresso sobre o trabalho no trabalho sob demanda



Fonte: elaboração própria. \*Na consulta ao portal do Senado, utilizou-se o filtro temporal, de modo que o sistema efetuou a exclusão automática das proposições apresentadas anteriormente a 2010. \*\*Essa triagem foi realizada por três pesquisadores, com revisão em pares, a partir da leitura das ementas e conferência do inteiro teor das proposições. Para inclusão na base de análise, foram selecionados PLs que versam diretamente ou possam vir a trazer alguma repercussão sobre o trabalho por meio de plataformas digitais. À título de análise da evolução da pauta, foram mantidos PLs cuja tramitação já havia se encerrado (e.g., arquivados, retirados pelo autor etc.). \*\*\*Os seguintes PLs foram incluídos manualmente: PL 1872/2020, PL 3570/2020, PL 3797/2020, PL 4241/2020, PL 854/2020.

## DE MOTORISTAS A ENTREGADORES: AS TRÊS ONDAS

A *gig economy* é um oceano: envolve diversos atores, atividades e setores, com peculiaridades e características distintas. As plataformas não são todas iguais: há diversos modelos de negócios, serviços e usos da tecnologia. Da mesma forma, os prestadores também não

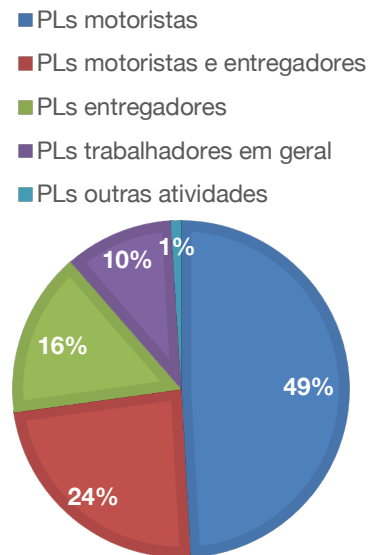
são uma categoria homogênea e desempenham atividades diferentes, com objetivos e condições de trabalho e de vida particulares. Nesse sentido, interessa-nos compreender **se** e **como** os PLs endereçam tais particularidades.

Sobre o ponto, a pesquisa identificou que alguns PLs são direcionados a prestadores e plataformas específicos, com destaque para **motoristas** de transporte remunerado privado individual de passageiros (plataformas para transporte) e **entregadores** em serviços de *delivery* e transporte de cargas em geral (plataformas de entrega e transporte de cargas): 49% dos projetos se referem exclusivamente a motoristas; 24% englobam motoristas e entregadores (de produtos e serviços); 16% se referem exclusivamente a entregadores (de produtos e serviços); 10% se dirigem ao trabalho por aplicativos de forma geral; e 1% se destina a prestadores de uma atividade específica, a saber, intérpretes e artistas em plataformas digitais.

Ainda que essa divisão possa parecer equilibrada, é importante destacar que ela reflete um cenário recente. Uma análise temporal das proposições legislativas sinaliza para um gradual processo de ampliação dos grupos interessados na matéria e que estão chamando a atenção do Congresso. O **Gráfico 3** ilustra três ondas identificadas no Congresso brasileiro.

Uma **primeira onda** de projetos sobre transporte remunerado individual de passageiros que começa em 2015, atinge o pico do volume em 2016 e reduz no final de 2017 e início de 2018, quando é aprovada a Lei Federal nº 13.640, de 26 março de 2018 (legislação que

Gráfico 2 - Tipos de PLs examinados, segundo o escopo de aplicação (2010-2020)

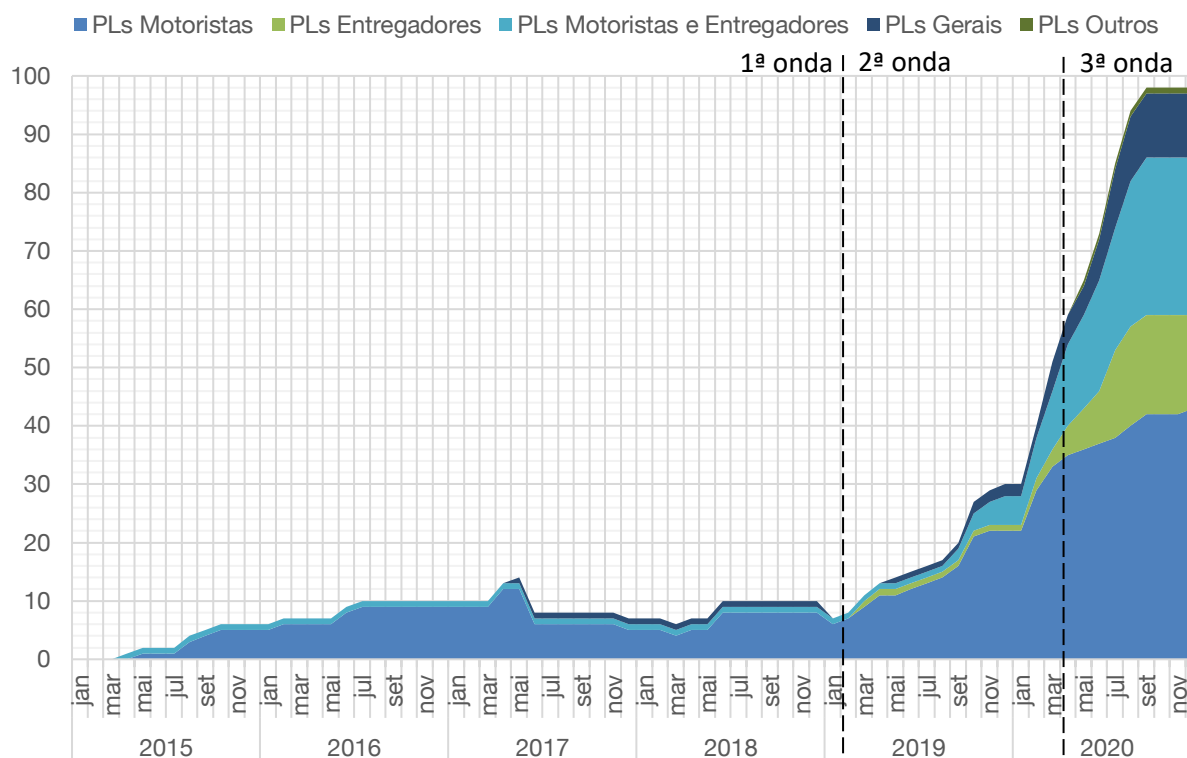


Fonte: elaboração própria. N=114.

alterou a Política Nacional de Mobilidade Urbana para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros). Depois, alguns projetos são apresentados e o cenário se mantém até o início de 2019;

Na **segunda onda**, observa-se o surgimento dos primeiros PLs versando exclusivamente sobre entregadores ou abrangendo entregas e transporte individual de passageiros. O destaque, porém, fica por conta do aumento no volume de projetos em tramitação exclusivamente sobre motoristas, que passa de 6 (janeiro de 2019) para 33 (março de 2020).

**Gráfico 3** - Volume de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, por tipo de PL (2015-2020)

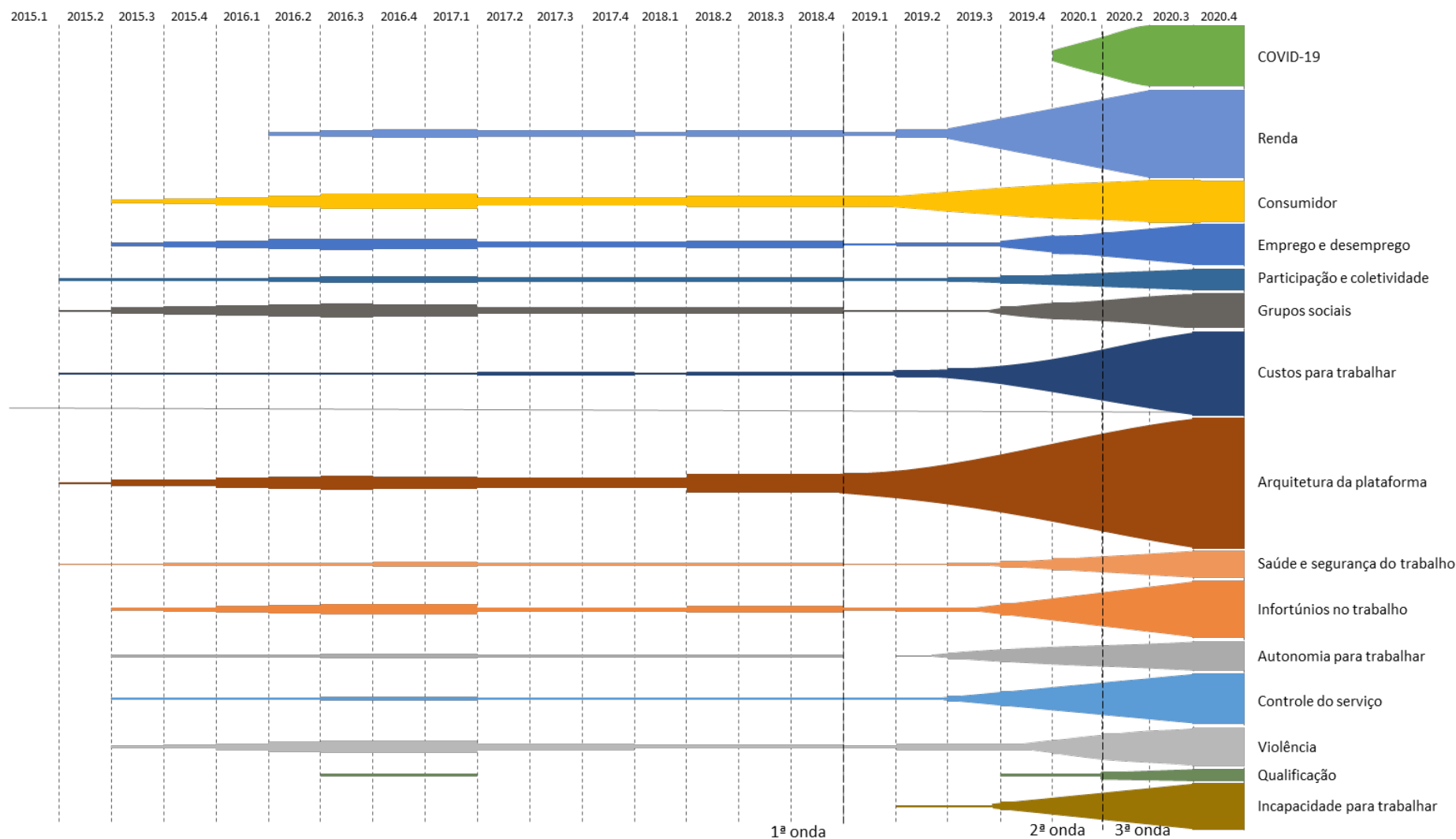


Fonte: elaboração própria. N=114

A **terceira onda** coincide com o início do período da pandemia e os primeiros meses após a portaria que declarou emergência em saúde pública em decorrência da COVID-19 (Portaria n. 188), da lei que previu medidas contra a pandemia (Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020) e do decreto que reconheceu o estado de calamidade pública (Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020). Observa-se aqui um período de maior expansão de escopo nos projetos, que passam a se referir com mais frequência a entregadores, entregadores e motoristas ou trabalhadores de apli-

cativos em geral, aumento intensificado nos meses de junho e julho, período marcado por mobilizações da categoria ("Breque dos Apps"). A diversidade de escopo foi acompanhada pela intensificação de uma variedade de preocupações e pautas nos projetos de lei, com especial destaque para problemas como acidentes de trabalho, COVID-19, governança das plataformas, renda e saúde. Temas como preocupação com consumidor e violência contra prestadores e usuários, no entanto, não tiveram o mesmo destaque da 2ª onda, conforme mostra a **Figura 2**.

**Figura 2 - Volume acumulado de PLs em tramitação, por trimestre, segundo preocupação ou pauta (2015-2020)**



Fonte: elaboração própria. N=114.

## PARA ONDE LEVAS AS CORRENTES DESSE OCEANO DE POSSIBILIDADES?

Não é coincidência que a diversificação de preocupações refletidas nos PLs tenha sido observada com a diversificação de escopo e enfrentamento da crise sanitária da COVID-19. Olhando para os projetos segundo os escopos, é possível identificar pautas específicas associadas às atividades e demandas mais frequentes segundo cada grupo.

Dentre os “PLs Motoristas”, chama a atenção a proporção de ocorrência do código “Benefícios: reposição, auxílio e subsídio”<sup>4</sup>: ele aparece em 12 PLs, frente a apenas 1 dos “PLs Entregadores”. Outro código cuja aplicação destoa em relação aos “PLs Motoristas” é o “Caracterização de Regime: define como outro”<sup>5</sup>: em 10 desses PLs, o legislador afasta a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nessa mesma linha, o código “Condições de Trabalho: Saúde e Segurança – Violência”<sup>6</sup> foi

aplicado de forma expressiva em “PLs Motoristas”. Embora integre o grupo de códigos que regulam as condições de trabalho, esse código específico endereça questão que também é de interesse dos consumidores (usuários finais), qual seja, a segurança contra a violência, tema de grande evidência no debate da matéria até a emergência da crise sanitária da COVID-19.

Essas ocorrências pontuais e marcantes nos “PLs Motoristas” dão margem à seguinte conclusão: as proposições de caráter mais trabalhista/previdenciário ganham força conforme os entregadores passam a figurar como principais beneficiários, como evidencia a maior ocorrência dos códigos com esse viés, na mesma medida em que se verifica uma proliferação de PLs voltados exclusivamente a essa categoria ou que a abarcam.

---

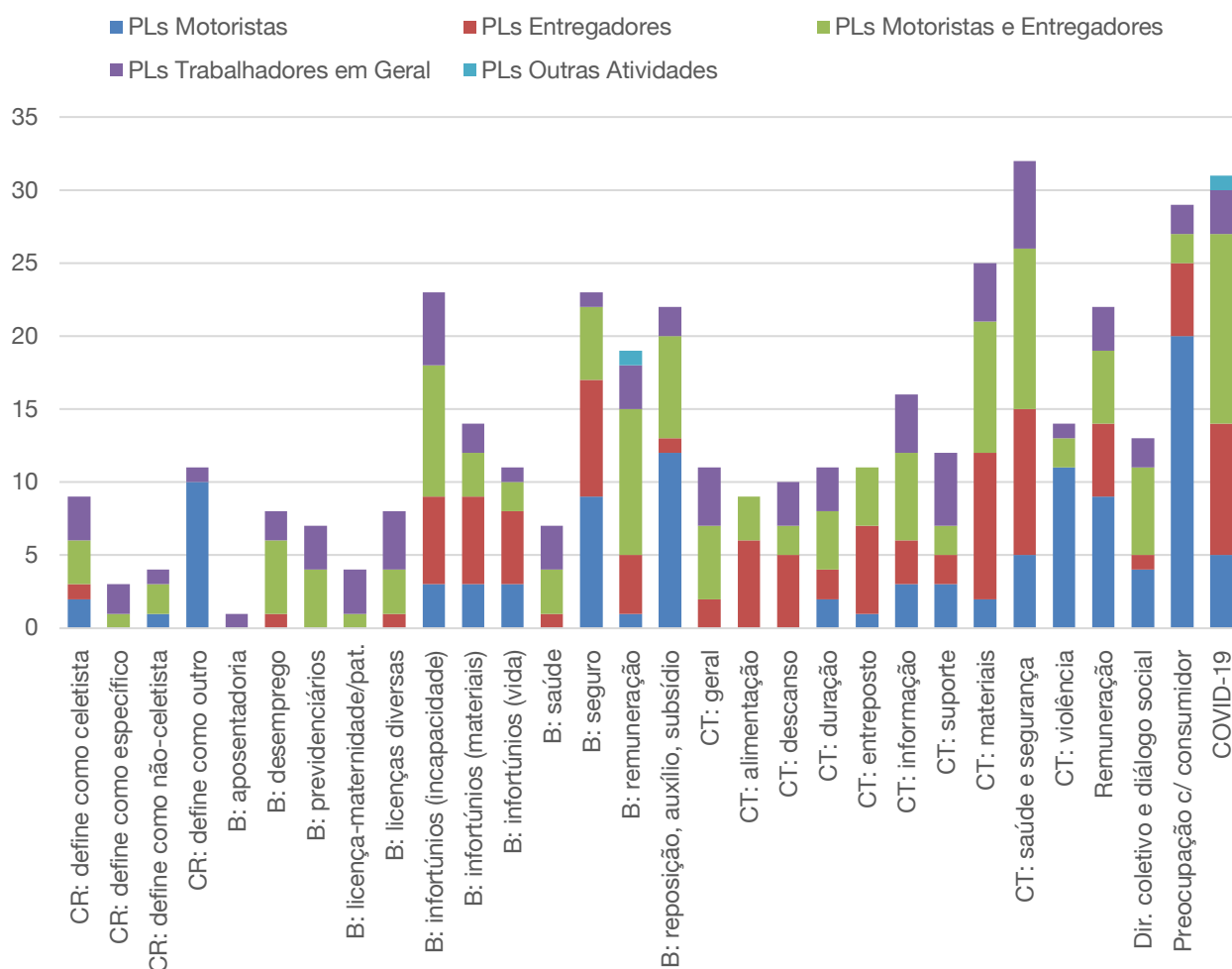
<sup>4</sup> Aplicou-se a normas que disciplinam um direito pecuniário dado ao prestador para indenizar a depreciação dos materiais de trabalho ou qualquer tipo de auxílio ou subsídio para que ele possa adquirir, renovar, alugar, emprestar materiais ou infraestrutura de trabalho. Exemplo: indenização por depreciação de automóvel para motoristas de aplicativo.

<sup>5</sup> Aplicou-se a normas que expressamente enquadram profissionais como outro tipo de relação contratual diferente de celetistas e contrato específico para economia de plataforma. Diferencia-se do código “Caracterização de regime: aplica outro”, porque regula a relação de outra forma: não indica aplicação individual de dispositivos do outro regime (ex. aplicar dispositivos de contrato intermitente), mas aplica o regime como um todo ao definir a relação como desse outro tipo.

<sup>6</sup> Aplicou-se a normas que disciplinam a disponibilização, a obrigatoriedade ou não obrigatoriedade de ações que garantam a segurança de prestadores e usuários perante situações de violência e segurança pública. Exemplo: disponibilização de “botão de pânico” nos aplicativos.



**Gráfico 4** - Quantidade de proposições por códigos aplicados, segundo tipos de PLs (2010-2020)



Fonte: elaboração própria. N=114 (desses, 98 estão em tramitação e 16 estão fora de tramitação).

CR: Caracterização de regime; B: Benefícios; CT: Condições de Trabalho

A mudança de foco do legislador também se nota pela maior recorrência de projetos que tratam em conjunto dos entregadores de produtos e serviços e dos motoristas de transporte individual remunerado de passageiros, ou de projetos que se aplicam a quaisquer outros trabalhadores da *gig economy* – considerando o conjunto “PLs Trabalhadores em Geral”. Nos PLs apresentados em 2020, todas

essas categorias passam a figurar como potenciais beneficiárias de direitos e benefícios de caráter social, afastando-se a tendência verificada nos PLs da 2ª onda, que regulavam, especialmente, deveres dos usuários e dos prestadores para garantir mais segurança contra violência, ou dos PLs que, dirigidos aos motoristas, procuravam isentá-los de impostos e reduzir-lhes o custo da atividade.

### Quem navega por essas águas? Distinção de plataformas e de prestadores

Alguns PLs não apenas especificam os destinatários das normas, como também fazem distinções entre os prestadores e entre as plataformas. Essas diferenciações têm finalidades distintas: identificar quem é o sujeito de determinado direito indicado no PL, identificar de quem é uma obrigação criada no PL, excluir prestadores ou plataformas com determinadas características do âmbito de aplicação na norma proposta, garantir tratamento jurídico especial a certos prestadores etc.

#### Distinções entre prestadores

Dos 114 documentos analisados, 48 PLs fazem algum tipo de distinção entre os presta-

dores. Ao todo, a equipe de pesquisa encontrou **20 (vinte) classificações diferentes de prestadores de serviços**, desde em relação à habitualidade e ao tempo de trabalho, até a diferenciação quanto à propriedade do veículo utilizado para prestar o serviço (**Gráfico 5**).

#### Distinções entre plataformas

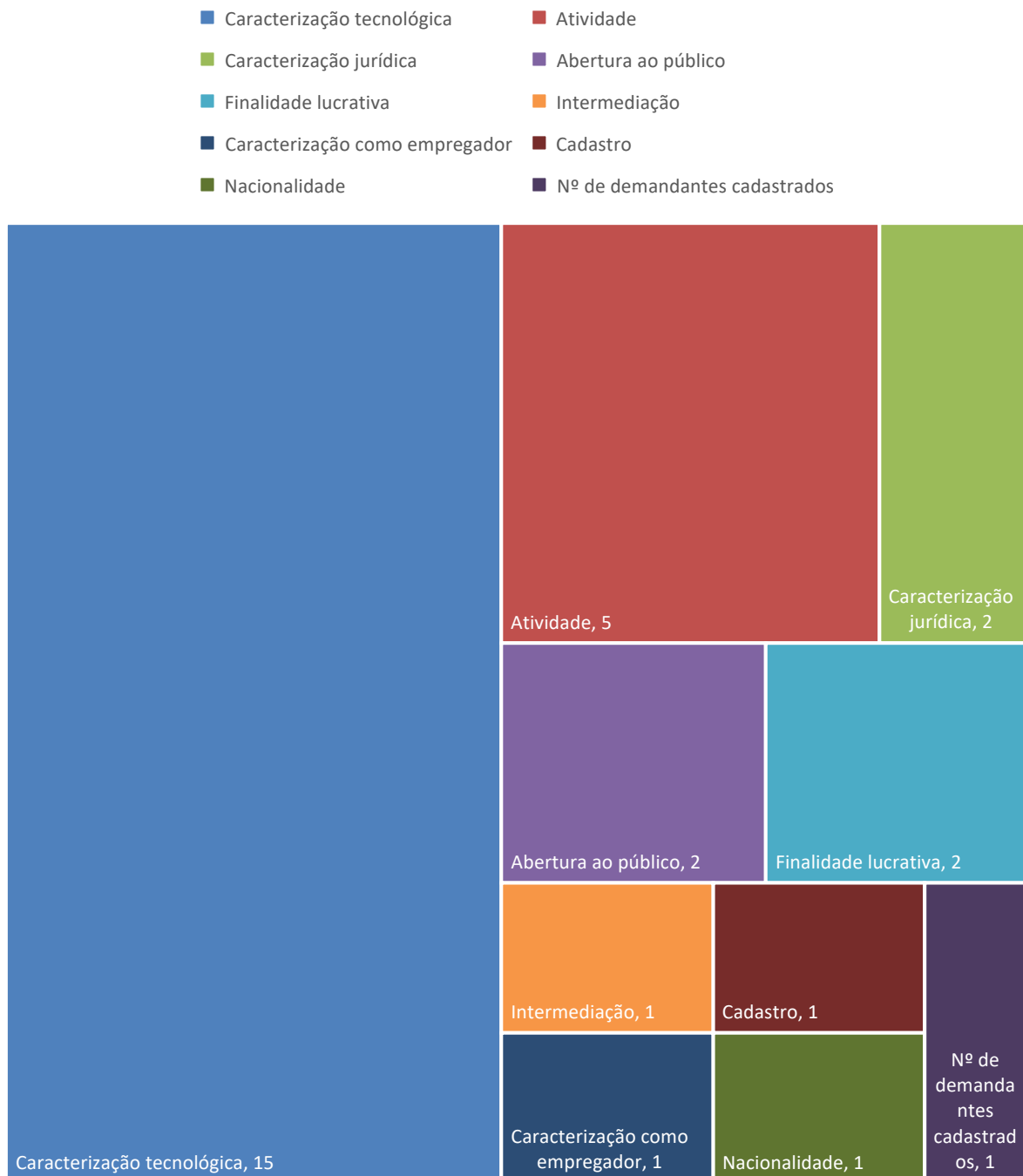
Dos 114 documentos analisados, 23 PLs fazem algum tipo de distinção entre as plataformas. Ao todo, a equipe encontrou **10 (dez) classificações diferentes de plataformas**, desde a separação entre plataformas com ou sem fins lucrativos, até o uso de expressões como “plataformas de operação iniciada na Internet” ou plataformas abertas ao público (**Gráfico 6**).

**Gráfico 5 - Distinções dos prestadores quanto a diferentes aspectos**



Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 6 - Distinções das plataformas quanto a diferentes aspectos**



Fonte: elaboração própria.

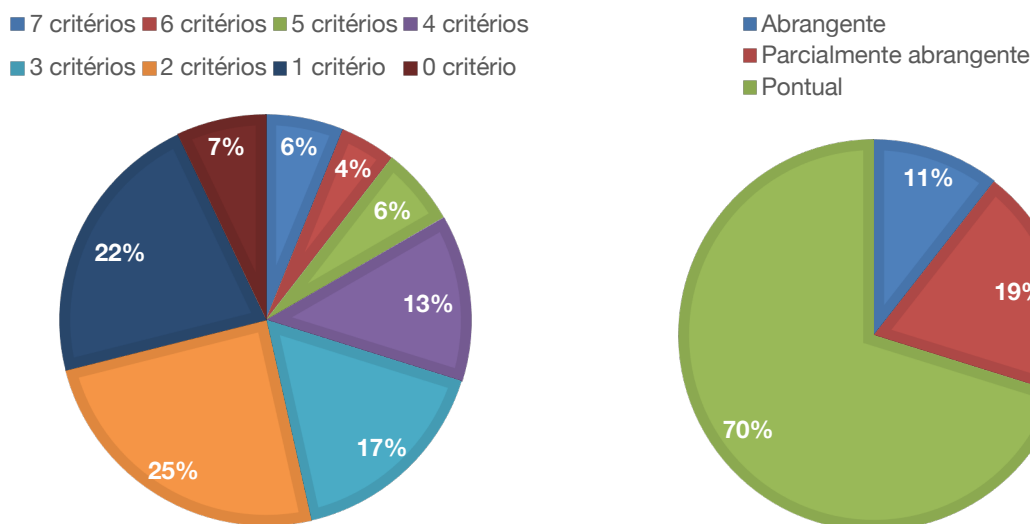
## UM ÚLTIMO PONTO: A ABRANGÊNCIA DOS PLS

Considerando os critérios<sup>7</sup> (i) definições e distinções de atores e atividades do ecossistema, (ii) caracterização do regime de trabalho dos prestadores, (iii) remuneração dos prestadores, (iv) condições de trabalho dos prestadores, (v) benefícios conferidos aos prestadores, (vi) governança algorítmica das plataformas e (vii) regulação das ações das plataformas, observou-se a existência de PLS com abrangências distintas.

Conforme ilustrado no **Gráfico 7**, 7 PLS abordaram todos os sete critérios elencados acima

e 5 PLS deixaram de abordar apenas um dos critérios, totalizando 12 PLS com ampla diversidade temática. Considerando que versaram sobre diferentes temas relevantes para a regulação do trabalho sob demanda por plataformas digitais, os 12 PLS (11%) foram considerados **abrangentes** nesta pesquisa. 7 PLS abordaram 5 critérios e 15 PLS abordaram 4 critérios, totalizando 22 PLS (19%) que foram considerados **parcialmente abrangentes**. Os demais PLS (70%) envolveram de 3 a 0 critérios e foram categorizados como **pontuais**.

*Gráfico 7 - Distribuição dos PLS examinados conforme a abrangência (2010-2020). N=114.*



Fonte: elaboração própria.

<sup>7</sup> A especificação dos critérios levados em consideração para definir a abrangência dos PLS pode ser encontrada na tabela do anexo – BT2 Anexo, disponível em <http://bit.ly/cepibt2anexo>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este **Briefing Temático #2** apresenta caminhos de pesquisa promissores e reforçam a necessidade e importância da discussão sobre regulação do tema. A constatação de que o Congresso Nacional modificou o perfil dos projetos apresentados leva à discussão sobre as relações das demandas dos diversos atores interessados e as propostas regulatórias à disposição dos legisladores. Investigar e compreender de que forma o perfil dos trabalhadores de uma ou outra atividade econômica influencia as preocupações, as pautas e as soluções propostas se mostra fundamental, não apenas para que se decida por uma abordagem abrangente ou fragmentada do tema, mas para evitar pontos cegos.

Por outro lado, outras categorias de trabalhadores da *gig economy* não estão no radar do legislador, a despeito da amplitude (crescente) de serviços ofertados sob demanda por intermédio das plataformas digitais. Apesar

de alguns PLs não especificarem a categoria regulada, o que, em tese, os tornaria aplicáveis a todas elas, o foco tem se dado sob os modelos de negócios predominantes nos segmentos de entrega e transporte.

Essa é uma constatação importante, pois o trabalho sob demanda por meio de plataformas digitais não se restringe a esses dois segmentos de mercado. A grande maioria dos PLs – mesmo os mais abrangentes, i.e., que instituem um marco regulatório para a pauta – não endereça especificamente outros tipos de trabalho da *gig economy*<sup>8</sup>, tampouco trata da modalidade *crowdworkin*<sup>9</sup>. Não restou claro se o Congresso está olhando para essas outras categorias de trabalhadores e/ou modalidades de trabalho e se ele se orienta por uma “neutralidade tecnológica”, de modo a não engessar a regulação (no tempo ou no escopo de aplicação).

### Referências

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO DA FGV DIREITO SP. **Caderno expandido do briefing temático #1: Projetos de lei de 2020 sobre gig economy - uma sistematização de definições e normas sobre condições de trabalho, benefícios e remuneração.** Versão 1.0. São Paulo: FGV Direito SP, 1º dez. 2020.

KALIL, Renan Bernardi. **Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: Crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos.** Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1VruP2qHoXHlkQM\\_jaMy8U8LlLo-ZtKK/view](https://drive.google.com/file/d/1VruP2qHoXHlkQM_jaMy8U8LlLo-ZtKK/view) (acesso: 09.01.2021).

<sup>8</sup> Não há um conceito definido para “gig economy”: a pesquisa realizada pelo CEPI adota a definição de “trabalho sob demanda por meio de plataformas digitais/aplicativos”. Na tradução literal, no entanto, poderíamos defini-la como “economia de bico” ou “economia de trabalho freelancer”. Existem plataformas de *gig economy* para contratação de trabalhadores de diferentes setores, tais como a Workana e a GetNinjas, além dos aplicativos dos setores englobados pelos PLs (entregas – iFood, Rappi, Ubereats, James, Loggi etc.; e transporte – Uber, 99, Cabify, LadyDriver etc.).

<sup>9</sup> “O crowdwork é uma forma de trabalho desempenhada remotamente em plataformas digitais, geralmente utilizada por empresas cujo modelo de negócios é vinculado à internet e que demandam o acesso a uma multidão de trabalhadores em escala global e de maneira pontual e esporádica” (Kalil, 2019). Ex.: Amazon Mechanical Turk (MTurk).

## ANEXOS

### Lista de quadros

**Quadro 1** - Amostra dos Propostas Legislativas (PLs) analisadas. N=114 \_\_\_\_\_ 15

**Quadro 2** - Lista de códigos considerados nas pautas temáticas dos PLs \_\_\_\_\_ 19

### Lista de tabelas

**Tabela 1** - Quantidade de Propostas Legislativas (PLs) em tramitação, por mês e ano e tipo de PL. \_\_\_\_\_ 21

**Tabela 2** - Quantidade de Propostas Legislativas (PLs) em tramitação, por trimestre e ano e pauta \_\_\_\_\_ 24

**Quadro 1** - Amostra dos Propostas Legislativas (PLs) analisadas. N=114

Proposta Legislativa	Data da apresentação	Casa Legislativa	Status
PL 1584/2015	19/05/2015	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 2569/2015	11/08/2015	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 2632/2015	13/08/2015	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 2972/2015	11/09/2015	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 3384/2015	22/10/2015	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 1155/2015	15/04/2015	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4312/2016	03/02/2016	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 5576/2016	15/06/2016	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 5587/2016	15/06/2016	Câmara dos Deputados	Transformado em Lei
PL 5794/2016	12/07/2016	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 6514/2016	22/11/2016	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 7295/2017	04/04/2017	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 7330/2017	05/04/2017	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 7376/2017	10/04/2017	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 7579/2017	09/05/2017	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 10341/2018	05/06/2018	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 9703/2018	06/03/2018	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PLP 488/2018	02/04/2018	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PLP 516/2018	05/06/2018	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PLP 521/2018	13/06/2018	Câmara dos Deputados	Em tramitação

PL 1355/2019	12/03/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1572/2019	19/03/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2143/2019	09/04/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2255/2019	11/04/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3498/2019	12/06/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4142/2019	17/07/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4309/2019	07/08/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 448/2019	05/02/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4841/2019	03/09/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5069/2019	17/09/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5529/2019	15/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5562/2019	16/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5622/2019	22/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5807/2019	31/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5819/2019	31/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 6110/2019	20/11/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1363/2019	12/03/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5212/2019	24/09/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5756/2019	30/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 6015/2019	19/11/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 6423/2019	11/12/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2884/2019	14/05/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5795/2019	30/10/2019	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2057/2020	20/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2221/2020	27/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2518/2020	11/05/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 282/2020	12/02/2020	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 293/2020	12/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 328/2020	13/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 329/2020	14/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3516/2020	26/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 387/2020	19/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3984/2020	29/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4165/2020	11/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 430/2020	03/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação



PL 4357/2020	26/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4491/2020	08/09/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4497/2020	08/09/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4768/2020	30/09/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 5558/2020	16/12/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 57/2020	04/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 58/2020	04/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 594/2020	11/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 665/2020	17/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 811/2020	23/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1553/2020	03/04/2020	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 1665/2020	07/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1872/2020	14/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2786/2020	20/05/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2875/2020	25/05/2020	Senado Federal	Em tramitação
PL 3384/2020	17/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3572/2020	30/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3577/2020	01/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3594/2020	01/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3597/2020	01/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3599/2020	02/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3689/2020	07/07/2020	Senado Federal	Em tramitação
PL 391/2020	19/02/2020	Senado Federal	Em tramitação
PL 3954/2020	28/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4033/2020	03/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4241/2020	18/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 794/2020	20/03/2020	Câmara dos Deputados	Fora de tramitação
PL 1344/2020	31/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1401/2020	01/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1677/2020	07/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1686/2020	07/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 1744/2020	09/04/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 215/2020	10/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2340/2020	04/05/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2379/2020	04/05/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação

PL 308/2020	12/02/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3484/2020	24/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3515/2020	26/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3570/2020	30/06/2020	Senado Federal	Em tramitação
PL 3797/2020	15/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3968/2020	29/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4097/2020	05/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4111/2020	06/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4112/2020	06/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4172/2020	12/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4477/2020	04/09/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 4615/2020	17/09/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 804/2020	23/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 854/2020	23/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3538/2020	29/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3554/2020	30/06/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3748/2020	10/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 3754/2020	13/07/2020	Senado Federal	Em tramitação
PL 4049/2020	04/08/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 617/2020	11/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 732/2020	18/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 940/2020	24/03/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PLP 180/2020	08/07/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação
PL 2545/2020	11/05/2020	Câmara dos Deputados	Em tramitação

**Quadro 2 - Lista de códigos considerados nas pautas temáticas dos PLs**

Pauta Temática	Descrição	Códigos englobados
<b>COVID-19</b>	PLs que refletem preocupações com pandemia, ao novo coronavírus e ao estado de calamidade.	Crise sanitária: COVID
<b>Renda</b>	PLs que refletem preocupações com alguma maneira de melhorar a renda dos prestadores de serviços em plataformas digitais.	Benefícios: aposentadoria Benefícios: infortúnios (incapacidade) Benefícios: infortúnios (materiais) Benefícios: infortúnios (vida) Benefícios: previdenciários Benefícios: remuneração Remuneração
<b>Consumidor</b>	PLs que refletem preocupações com direitos dos consumidores de serviços em plataformas digitais.	Preocupação consumidor Regulação personalização
<b>Emprego e desemprego</b>	PLs que refletem preocupações com emprego e desemprego de prestadores de serviços em plataformas, inclusive ingresso e saída.	Benefícios: desemprego Regulação ingresso Regulação saída
<b>Participação e coletividade</b>	PLs que refletem preocupações com a participação social dos prestadores de serviços e possibilidade de associação.	Direito coletivo e diálogo social Outros: competência negociação coletiva
<b>Grupos sociais</b>	PLs que refletem preocupações com grupos sociais específicos, para inclui-los (ex. mulheres) ou excluí-los (ex. pessoas que cumpriram pena).	Benefícios: licença-maternidade/paternidade Regulação marcadores sociais
<b>Custos para trabalhar</b>	PLs que refletem preocupações com repor custos para trabalhar dos prestadores de serviço de plataformas.	Benefícios: infortúnios (materiais) Benefícios: reposição, auxílio, subsídio Condições de trabalho: materiais
<b>Arquitetura da plataforma</b>	PLs que refletem preocupações com aspectos técnicos e negociais das plataformas digitais.	Regulação avaliação Regulação da decisão automatizada Regulação dados pessoais Regulação direção Regulação entre plataformas Regulação fiscalização Regulação ingresso Regulação liberdade Regulação obrigação plataforma Regulação punição

		Regulação saída Regulação segredo negócio
<b>Saúde e segurança do trabalho</b>	PLs que refletem preocupações com a saúde e a segurança no ambiente de trabalho dos prestadores de serviços das plataformas digitais, <b>exceto</b> segurança pública.	Benefícios: saúde Condições de trabalho: alimentação Condições de trabalho: descanso Condições de trabalho: duração Condições de trabalho: entreposto Condições de trabalho: informação Condições de trabalho: materiais Condições de trabalho: saúde e segurança: trabalho Condições de trabalho: suporte
<b>Infortúnios no trabalho</b>	PLs que refletem preocupações com infortúnios (eventos prejudiciais) que acontecem com os prestadores de serviço nas plataformas digitais.	Benefícios: infortúnios (incapacidade) Benefícios: infortúnios (materiais) Benefícios: infortúnios (vida) Benefícios: seguro
<b>Autonomia para trabalhar</b>	PLs que refletem preocupações com a autonomia dos prestadores de serviços nas plataformas digitais.	Outros: competência contratual Outros: competência negociação coletiva Regulação entre plataformas Regulação liberdade
<b>Controle do serviço</b>	PLs que refletem preocupações com o controle da qualidade e execução da prestação de serviços nas plataformas digitais.	Regulação avaliação Regulação da decisão automatizada Regulação fiscalização Regulação liberdade Regulação punição Regulação saída
<b>Violência</b>	PLs que refletem preocupações com segurança pública e violência durante a prestação de serviços nas plataformas digitais.	Benefícios: seguro Obs.: quando em referência a "roubos" e "furtos" Condições de trabalho: saúde e segurança: violência
<b>Qualificação</b>	PLs que refletem preocupações com treinamento para trabalho ou qualificação profissional.	Benefícios: educação Treinamento prestadores
<b>Incapacidade para trabalhar</b>	PLs que refletem preocupações com pessoas que não apresentam condições para atender à demanda de trabalho em plataformas digitais ou saíram da força de trabalho.	Benefícios: aposentadoria Benefícios: infortúnios (incapacidade) Benefícios: licença-maternidade/paternidade Benefícios: licenças diversas Benefícios: previdenciários

**Tabela 1** - Quantidade de Propostas Legislativas (PLs) em tramitação, por mês e ano e tipo de PL.

Ano	Mês	Escopo de aplicação dos PLs (N=114)					Total Geral
		Motoris- tas	Entregado- res	Motoristas e entregadores	Profissionais em Plataformas	Outras catego- rias	
2015	jan	0	0	0	0	0	0
	fev	0	0	0	0	0	0
	mar	0	0	0	0	0	0
	abr	0	0	1	0	0	1
	mai	1	0	1	0	0	2
	jun	1	0	1	0	0	2
	jul	1	0	1	0	0	2
	ago	3	0	1	0	0	4
	set	4	0	1	0	0	5
	out	5	0	1	0	0	6
	nov	5	0	1	0	0	6
	dez	5	0	1	0	0	6
2016	jan	5	0	1	0	0	6
	fev	6	0	1	0	0	7
	mar	6	0	1	0	0	7
	abr	6	0	1	0	0	7
	mai	6	0	1	0	0	7
	jun	8	0	1	0	0	9
	jul	9	0	1	0	0	10
	ago	9	0	1	0	0	10
	set	9	0	1	0	0	10
	out	9	0	1	0	0	10
	nov	9	0	1	0	0	10
	dez	9	0	1	0	0	10
2017	jan	9	0	1	0	0	10
	fev	9	0	1	0	0	10
	mar	9	0	1	0	0	10
	abr	12	0	1	0	0	13
	mai	12	0	1	1	0	14

	jun	6	0	1	1	0	8
	jul	6	0	1	1	0	8
	ago	6	0	1	1	0	8
	set	6	0	1	1	0	8
	out	6	0	1	1	0	8
	nov	6	0	1	1	0	8
	dez	5	0	1	1	0	7
2018	jan	5	0	1	1	0	7
	fev	5	0	1	1	0	7
	mar	4	0	1	1	0	6
	abr	5	0	1	1	0	7
	mai	5	0	1	1	0	7
	jun	8	0	1	1	0	10
	jul	8	0	1	1	0	10
	ago	8	0	1	1	0	10
	set	8	0	1	1	0	10
	out	8	0	1	1	0	10
	nov	8	0	1	1	0	10
	dez	8	0	1	1	0	10
2019	jan	6	0	1	0	0	7
	fev	7	0	1	0	0	8
	mar	9	1	1	0	0	11
	abr	11	1	1	0	0	13
	mai	11	1	1	1	0	14
	jun	12	1	1	1	0	15
	jul	13	1	1	1	0	16
	ago	14	1	1	1	0	17
	set	16	1	2	1	0	20
	out	21	1	3	2	0	27
	nov	22	1	4	2	0	29
	dez	22	1	5	2	0	30
2020	jan	22	1	5	2	0	30
	fev	29	2	7	2	0	40
	mar	33	3	10	5	0	51
	abr	35	5	14	5	0	59

	mai	36	7	16	5	1	65
	jun	37	9	19	7	1	73
	jul	38	15	21	10	1	85
	ago	40	17	25	11	1	94
	set	42	17	27	11	1	98
	out	42	17	27	11	1	98
	nov	42	17	27	11	1	98
	dez	43	16	27	11	1	98
TOTAL		43	16	27	11	1	98

**Tabela 2 - Quantidade de Propostas Legislativas (PLs) em tramitação, por trimestre e ano e pauta**

Pauta (N=114)									
Ano	Trim.	CO-VID-19	Renda	Consumidor	Emprego e desemprego	Participação e coletividade	Grupos sociais	Custos para trabalhar	Arquitetura da plataforma
2015	Trim.1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Trim.2	0	0	0	0	1	1	1	1
	Trim.3	0	0	2	2	1	3	1	3
	Trim.4	0	0	3	3	1	4	1	4
2016	Trim.1	0	0	4	4	1	5	1	5
	Trim.2	0	2	6	5	2	6	1	6
	Trim.3	0	3	7	6	3	7	1	7
	Trim.4	0	4	7	5	3	6	1	6
2017	Trim.1	0	4	7	5	3	6	1	6
	Trim.2	0	3	4	3	2	3	2	5
	Trim.3	0	3	4	3	2	3	2	5
	Trim.4	0	3	4	3	2	3	2	5
2018	Trim.1	0	2	4	3	2	3	1	5
	Trim.2	0	3	4	4	2	3	2	9
	Trim.3	0	3	4	4	2	3	2	9
	Trim.4	0	3	4	4	2	3	2	9
2019	Trim.1	0	2	4	1	1	1	2	10
	Trim.2	0	4	6	2	1	1	4	12
	Trim.3	0	5	7	2	2	1	5	15
	Trim.4	0	10	10	3	4	4	7	23
2020	Trim.1	5	18	16	10	5	8	12	37
	Trim.2	19	29	19	12	6	8	24	48
	Trim.3	30	43	21	20	11	17	41	64
	Trim.4	30	43	20	20	11	17	41	64
TOTAL		30	43	20	20	11	17	41	64



Ano	Trim.	Pauta (N=114)						
		Saúde e segurança do trabalho	Infortúnios no trabalho	Autonomia para trabalhar	Controle do serviço	Violência	Qualificação	Incapacidade para trabalhar
2015	Trim.1	0	0	0	0	0	0	0
	Trim.2	1	0	0	0	0	0	0
	Trim.3	2	1	1	1	1	0	0
	Trim.4	3	2	1	1	2	0	0
2016	Trim.1	3	3	1	1	3	0	0
	Trim.2	4	4	1	1	5	0	0
	Trim.3	5	5	2	2	6	1	0
	Trim.4	6	4	2	2	6	1	0
2017	Trim.1	6	4	2	2	6	1	0
	Trim.2	4	2	1	1	3	0	0
	Trim.3	4	2	1	1	3	0	0
	Trim.4	4	2	1	1	3	0	0
2018	Trim.1	3	2	1	1	2	0	0
	Trim.2	3	3	1	1	2	0	0
	Trim.3	3	3	1	1	2	0	0
	Trim.4	3	3	1	1	2	0	0
2019	Trim.1	1	1	0	1	1	0	0
	Trim.2	2	2	1	1	3	0	1
	Trim.3	4	2	3	3	3	0	1
	Trim.4	9	6	6	7	7	1	4
2020	Trim.1	17	10	7	11	13	1	8
	Trim.2	24	16	9	15	14	3	13
	Trim.3	41	28	14	25	19	6	23
	Trim.4	40	28	14	25	19	6	23
TOTAL		40	28	14	25	19	6	23

# FICHA TÉCNICA

## REALIZAÇÃO



## Apoio



## EQUIPE

### Coordenação Geral

Alexandre Pacheco da Silva  
Marina Feferbaum

### Líder de pesquisa

Ana Paula Camelo

### Co-líder de pesquisa

Guilherme Forma Klafke

### Pesquisadores(as)

Ana Carolina R. Dias Silveira  
Arthur Cassemiro Bispo  
Bruno Ett Bícigo  
Gabriela M. Thomaz de Aquino  
Olívia Q. Figueiredo Pasqualetto



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons CC BY Atribuição 4.0 Internacional.

## COMO CITAR ESTE TRABALHO

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA EM INOVAÇÃO DA FGV DIREITO SP. *Briefing temático #2: Trabalho sob demanda no Congresso (2010-2020) - Um oceano de possibilidades – versão 1.0.* São Paulo: FGV Direito SP, 29 jan. 2021.